



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO **Nº 50/2014**

Reunião ordinária da Assembleia Municipal
Realizada em 25 de setembro de 2014

MOÇÃO

DESTRUIÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA E DO SISTEMA JUDICIÁRIO

O Governo, no seu afã de elitizar o ensino, destruindo a Escola Pública e valorizando e incentivando o ensino privado, procedeu, num curto período de tempo, a várias medidas de impacto negativo na Educação.

Pôs fim à gestão democrática das escolas, criou 170 mega-agrupamentos; aumentou o número de alunos por turma, despediu professores, segregou alunos com necessidades educativas especiais, transferiu responsabilidades para as autarquias, criando situações de desigualdade objetiva.

O início do presente ano lectivo fica marcado, pela falta de milhares de professores e funcionários nas escolas, pelo encerramento de mais 311 escolas do 1º ciclo do ensino básico, pela abertura de escolas em más condições de funcionamento.

O Barreiro não foi exceção, e a Escola Alfredo da Silva, abriu com uma semana de atraso, com salas inutilizadas pelas obras de retirada das placas de amianto, e inundadas pelas chuvas de Setembro, e com falta de professores.

A luta por uma Escola Pública, gratuita, de qualidade, está nas mãos de todos: Professores, trabalhadores do sector educativo e estudantes, podem contribuir com a sua participação nesta luta, para o desenvolvimento integrado do País, pela defesa da Escola Pública, contra a elitização do ensino.

Na Justiça Portuguesa está instalado o caos. Uma reforma da organização judiciária, feita à pressa e com graves consequências para os cidadãos, que se veem reféns duma reforma que introduziu um Mapa Judiciário novo para o



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

País. Reforma essa imposta pelo “troika”, e que a Sr^a Ministra da Justiça se vangloria de ter ultrapassado os cortes propostos pela mesma “Troika”.

A pretexto da criação de Tribunais especializados, a reforma foi inserida no quadro de uma política de encerramento de serviços públicos que tanto prejudica as populações.

Com esta decisão, o governo não viola apenas o princípio constitucional do acesso dos cidadãos à justiça, em condições de igualdade, como torna ainda mais difícil e onerosa para as populações a resolução dos seus problemas nos tribunais do Estado.

A reforma feita abruptamente, causou o caos completo nos Tribunais, que desde o dia 1 de Setembro se encontram impedidos de exercer as suas funções.

25 dias depois da entrada em vigor do novo Mapa Judiciário, ainda não foi efetuada a migração dos processos informaticamente, o que impede a movimentação processual. A realização de audiências de julgamento está comprometida, pois não é possível proceder à gravação das mesmas.

A Ministra da Justiça continua no entanto a afirmar que não existe caos, ignorando as informações fundamentadas e documentadas fornecidas pelos Sindicatos dos Funcionários Judiciais, pela Ordem dos Advogados, e até o Conselho Superior da Magistratura teve necessidade de emitir um comunicado contendo as propostas a fazer ao Ministério da Justiça para pôr fim ao descalabro a que o sistema judiciário está neste momento.

Vem agora a Sr^a Ministra dizer que não sabia. Que ninguém a avisou. E pedir desculpas.

Segundo uma velha máxima: “as desculpas não se pedem, evitam-se”.

Mas, neste Governo, parece que a regra é pedir desculpa, mas continuar a ignorar os anseios das populações, os conselhos dos profissionais, os avisos das organizações, e a CRP.

O Governo PSD/CDS está apostado em destruir os Serviços Públicos, aplicando uma lógica meramente economicista à gestão dos serviços públicos, não hesitando em violar os Direitos Fundamentais, impondo a sua política destruidora do Estado Social de Direito.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Os protestos dos profissionais têm sido constantes.

No Barreiro, está marcada para o dia 26 de Setembro, dia da greve dos Funcionários Judiciais, uma concentração de Advogados, em protesto contra o caos instalado pela entrada em vigor desta reforma da Justiça.

A Assembleia Municipal do Barreiro, reunida no dia 25 de Setembro de 2014, decide:

- a) Manifestar aos Profissionais da Educação a sua solidariedade nas lutas que têm vindo a desenvolver contra a destruição da Escola Pública;
- b) Manifestar aos profissionais da Justiça, a todos os operadores judiciários, a sua solidariedade, exortando-os a continuar a luta em defesa da Justiça que é de todos e para todos, e representa um dos pilares do Estado de Direito;
- c) Repudiar todas as medidas tomadas nos sectores da Educação e da Justiça, que nos conduziram à atual situação de descalabro e caos;
- d) Exigir a demissão dos Ministros da Educação e da Justiça!

Aprovado por maioria, com 28 votos a favor da CDU, do PS, do BE e do MRPP, 2 votos contra do PSD e 1 abstenção do MCI.

Barreiro, 25 de setembro de 2014

O Presidente da Assembleia Municipal

Frederico Pereira